

Combinação macabra: vale mais deixar morrer que reconhecer direitos

Maria da Conceição Nascimento
Rosane Aurore Romão Juliano

Introdução

No compromisso e vontade de escrever sobre esse momento atípico – a pandemia do novo coronavírus, o COVID-19 –, a convite da Professora Regina Marques, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, e com o tempo se esgotando, tentamos manter a calma e a sanidade.

Nestes tempos tão nebulosos, falar sobre saúde mental da população negra e indígena soa-nos como um grande desafio. Escrever exige de nós um pouco de calma e paciência também. Porém, como diz Lenine, em sua canção¹, “eu finjo ter paciência”. Frente à dura realidade que aí está: dezenas de milhares de brasileiros mortos pelo COVID-19, como ter paciência, se é evidente o genocídio que está em curso?

O COVID-19 (do inglês *Coronavirus Disease 2019*) é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) e atinge a todos, indistintamente, podendo ser letal para os mais vulneráveis. Assim, ainda que a doença não seja seletiva, exclusiva a certas classes sociais, o seu tratamento geralmente o é. Pois, em nível mundial, a proporção dos que vêm a óbito nas favelas e periferias é absurdamente maior do que os óbitos ocorridos em bairros de classe média.

Em reportagem na *Revista Época*, o jornalista Marcelo Soares apresenta, a partir de dados divulgados pelo SUS, quem são os mais atingidos pelo COVID-19 no Brasil, e conclui que, “por razões socioeconômicas e sociodemográficas, a doença matou mais pobres e pardos, mais homens que mulheres e mais jovens do que em outros países onde a pandemia inviabilizou sistemas de saúde, como na Itália e na Espanha”².

Sendo assim, o que será dos povos originários, historicamente considerados os inimigos do país?³ Destino semelhante terão as comunidades dos quilombolas⁴, num

¹ Referência à música *Paciência*, letra e música de Dudu Falcão e Lenine.

² Soares (2020).

³ Viana (2005).

país construído sob a égide do racismo, onde não há o sentimento de vergonha por deixar à própria sorte essas populações.

Ontem e hoje – alguma mudança? Ou tudo se assemelha?

Reavivando um pouco a memória, constatamos que o descaso, a falta de empatia e o desinteresse pelos destinos dos mais empobrecidos deste país vêm de longa data. Desde o início da colonização do Brasil, para indígenas e africanos a morte passou a ser o horizonte mais próximo. Morte tratada com a maior naturalidade e cinismo desde a travessia do Atlântico, em que os navios negreiros recebiam nomes como “Amável Donzela”, “Boa intenção”, “Brinquedo dos Meninos”, “Caridade” etc.⁵, e considerada como necessária para a grandeza na nação. Assim se ensinava nos compêndios de história sobre a resistência indígena à chamada “civilização”.

Este país, como já dito anteriormente, foi construído sob a égide da escravidão e do genocídio do povo originário da terra e do povo africano. Todavia, a resistência também se fez presente e não deixou por menos: fugas e rebeliões. Resistir é preciso!

Assim, atravessamos – com muitas baixas, sem dúvida –, o navio negreiro, o pelourinho, a roda dos expostos, os reformatórios, as cadeias, os quartéis, os bordéis, os canaviais, as cozinhas, o calor dos altos fornos, o trabalho insalubre das minas, a linha de montagem, as confecções de roupas, as mineradoras. Fomos ajudantes e serventes, trabalhadores e trabalhadoras com baixa escolaridade. Sobrevivemos ao massacre de Palmares, de Canudos, de Cabanos, da Revolta da Chibata, dos Malês e de tantas outras lutas! Resistimos! Contra toda a disciplina, resistimos por meio do lundu, da capoeira, do jongo, do samba, das festas do padroeiro, da macumba, do candomblé, da umbanda, do Carnaval. E, pasmem, também nos tornamos Mestres e Doutores e ousamos decidir nossos caminhos!

Apesar de muita resistência, o que se vê ainda agora? “Que morram!!” “E daí?”, em alusão à reação do governante diante do número recorde de mortes por Covid-19⁶. É a expressão daqueles que nos arrancaram de África e dos que hoje insistem em nos manter no exílio forçado de nossas existências.

⁴ Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/brasil-acumula-quase-130-mortes-de-quilombolas-por-covid-19>. Acesso em: 03 jul. 2020.

⁵ Manenti (2015).

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-que-reage-bolsonaro-apos-numero-recorde-de-mortes-por-coronavirus-24399480>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Ontem, nas plantações, nas minas e nos engenhos; hoje, desempregados e subempregados, nas roças e nas vielas das cidades, nas carvoarias, nas usinas, nos lixões, nas favelas e nas prisões, a lista dos “ninguém”⁷, dos “postos de trabalho” e de “moradia” é imensa. Ela é extensa e variada! E por isso é preciso encurtá-la e/ou torná-la inexpressiva, muda, sem direitos. Ela cresceu demais, contrariou o prognóstico do início do século XX, de que desapareceríamos em um século⁸. No entanto, hoje somos mais da metade da população brasileira e ocupamos espaços nos quais não somos bem-vindos.

Então, faz-se necessário barrar o processo, intensificar a política de fazer calar e de fazer morrer os indesejáveis – o biopoder⁹. Essa foi a combinação “deles” desde o início, tal como na fala da personagem do livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”. Só mudou a forma de executá-la com o passar dos anos.

Diversas foram as políticas implementadas para inviabilizar a existência dos descendentes dos outrora escravizados. A lista é imensa. Haveria de ter um modo bem prático de barrar o processo de sua ascensão. A aprovação do congelamento de gastos públicos por 20 anos por meio da PEC 95 de 2016¹⁰, a chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos, é a expressão nua e crua de uma política de morte implantada desde a colonização. A redução dos gastos com saúde e educação tem afetado em larga medida os mais pobres, conforme relato do Instituto Humanitas Unisinos¹¹.

Como consequência, a população negra e a indígena serão, com certeza, as mais vulneráveis à pandemia do COVID-19, por habitarem as regiões desprovidas de saneamento e assistência médica. “Diferente do que acontece com a classe privilegiada, o acesso à saúde e todo amparo necessário para os cuidados das pessoas infectadas não acontece nas periferias”¹². É mais do que evidente que são os habitantes das periferias os que mais estão sentindo os efeitos catastróficos da pandemia atualmente. Não observamos, por parte do poder público, a adoção de medidas que visem proteger integralmente as populações e os espaços mais vulneráveis, como os moradores em situação de rua, os trabalhadores informais, os empregados domésticos, as favelas, as prisões, os abrigos. Ao contrário, os próprios moradores estão se mobilizando e

⁷ Galeano (1983).

⁸ Lacerda (1912).

⁹ Foucault (2010).

¹⁰ Brasil (2016).

¹¹ IHU (2019).

¹² Pereira (2020).

buscando soluções para o enfrentamento da pandemia. Percebemos também, por meio da campanha de retorno à “normalidade”, o descaso das autoridades para com os setores mais empobrecidos da sociedade brasileira.

Pandemia ou pandemônio? Neste país, pandemônio! Na verdade, trata-se do avanço de uma necropolítica¹³, cujo alvo já conhecemos de longa data. E assim, nota-se o quanto esse vírus letal ajuda no projeto de genocídio de nosso povo. Povo que sempre amargou as agruras do Racismo, as agruras de não ter lugar, de não ter direito à democracia, à cidadania, à vida. Como ter paz?

Para nós, profissionais psicólogas, negras, comprometidas com o enfrentamento do racismo, como manter a saúde mental, quando se tem a lucidez desse projeto de genocídio do nosso povo? Do seu extermínio? Dos seus amigos profissionais na linha de frente sendo infectados e não resistindo, vindo a óbito? Ainda não sabemos quais serão os efeitos sobre a saúde mental e a saúde em geral dessas populações. Por certo os veremos no pós-pandemia.

A título de conclusão

Desde os primórdios da colonização até os dias atuais, as populações periféricas tiveram e ainda têm seu cotidiano marcado não só pela violência e morte, mas também pela carência de recursos que lhes permitam viver com saúde e bem-estar. São populações que vivem a angústia e a incerteza de ter onde morar e o que comer, se terão escola para o filho, ou o que fazer em caso de doença. Enfim, como sobreviver às duras condições que lhes são impostas pelos sucessivos ajustes econômicos.

Não sem propósito, os setores comprometidos com a vida veem com grande apreensão o efeito de uma pandemia de tais proporções, em especial na saúde mental da população negra, que constitui a maior parte dos que vivem o tormento de depender dos serviços públicos de saúde. As condições dos postos de saúde e a timidez como são alocados os recursos para o enfrentamento da pandemia são a comprovação da negligência do Estado com relação à saúde da população. O que vem a confirmar que “o racismo de Estado determina os que devem ter saúde mental, e os que podem viver atormentados em seu sofrimento produzido pelas condições sociais, os que devem viver e os que devem morrer”¹⁴.

¹³ Mbembe (2018).

¹⁴ Santos (2018).

Referências

BRASIL. Senado Federal. *Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016*. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 16/12/2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540698>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IHU – Instituto Humanitas Unisinos. *Corte orçamentário anunciado pelo governo pode provocar paralisia e morte de políticas sociais de saúde e de educação*. Revista IHU on-line, 8 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588185-corte-orcamentario-anunciado-pelo-governo-pode-provocar-paralisia-e-morte-de-politicas-sociais-de-saude-e-de-educacao>. Acesso em: 7 jul. 2020.

LACERDA, João Baptista de. *Informações prestadas ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

MANENTI, Caetano. *Lista com nomes de navios negreiros escancara cinismo dos comerciantes de seres humanos no Oceano Atlântico*. Portal Geledés, 24/04/2015. Disponível em: <https://geledes.org.br/lista-navios-negreiros-cinismo-comerciantes-seres-humanos-oceano-atlantico/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3ª Ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

PEREIRA, Rayssa. *Coronavírus e as juventudes periféricas*. Direito à Memória e Justiça Social. Disponível em: <https://dmjracial.com/2020/03/25/coronavirus-e-as-juventudes-perifericas/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

RIBEIRO, Flávia. *Brasil acumula quase 130 mortes de quilombolas por Covid-19*. Alma Preta, Jornalismo Preto e Livre. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/brasil-acumula-quase-130-mortes-de-quilombolas-por-covid-19>. Acesso em: 3 jul. 2020.

SANTOS, Abraão de Oliveira. *Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional*. Revista da ABPN, v. 10, n 24, nov 2017-fev 2018. Disponível em: www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/583. Acesso em: 3 jul. 2020.

SOARES, Marcelo. *Dados do SUS revelam vítima-padrão de COVID-19 no Brasil: homem, pobre e negro*. Marcelo Soares, com reportagem de Alice Cravo e Constança Tascht. Época on-line, 03/07/2020. Portal Globo.com. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>. Acesso em: 6 jul. 2020.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005. Edições do Senado Federal, v. 27. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1108>. Acesso em: 7 jul. 2020.